

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL Nº 725/2025**

Realizada a pesquisa, sobre a matéria em questão foi localizado:

- Constituição Federal;

- **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências;

- **Lei Federal nº 9.294, de 15 de julho de 1996**, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220, da Constituição Federal;

- **Lei Federal nº 11.705, de 19 de junho de 2008**, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que 'institui o Código de Trânsito Brasileiro', e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências;

- **Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**, que institui o Código Civil;

- **RDC nº 46, do Ministério da Saúde, de 28 de agosto de 2009**, que proíbe a comercialização, a importação e a propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarro eletrônico.

- **Lei Complementar nº 214/2025**, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

- **Lei Estadual nº 13.541, de 7 de maio de 2009**, que proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, na forma que especifica;

- **Lei Estadual nº 13.779, de 21 de outubro de 2009**, que proíbe a venda de narguilé aos menores de 18 anos;

- **Lei Estadual nº 14.592, de 19 de outubro de 2011**, que proíbe vender, ofertar, fornecer, entregar e permitir o consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade, e dá outras providências;

- **Lei Orgânica do Município de São Paulo;**

- **Lei Municipal nº 10.205, de 04 de dezembro de 1986**, que disciplina a expedição de licença de funcionamento, e dá outras providências.

**PROCURADORIA**

- **Lei Municipal nº 10.971, de 13 de março de 1991**, que institui a Semana de Defesa e Prevenção contra o Uso de Drogas e Tóxicos, no âmbito da rede municipal de ensino, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 12.540, de 29 de dezembro de 1997**, que dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar, de disciplina sobre os efeitos de substâncias que causam dependência física e psicológica em seres humanos;
- **Lei Municipal nº 12.643, de 06 de maio de 1998**, que veda, em próprios municipais, eventos com propaganda de bebidas alcoólicas ou de cigarros.
- **Lei Municipal nº 13.210, de 13 de novembro de 2001**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação do “Programa de Educação Específica Contra os Males do Fumo, do Álcool e das Drogas”, em todas as Escolas Públicas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Paulo;
- **Lei Municipal nº 13.270, de 3 de janeiro de 2002**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de veicular, em espaços publicitários e em bilhetes utilizados nos transportes públicos municipais de passageiros, mensagens institucionais alertando sobre a prevenção da AIDS e sobre os males do fumo, do álcool e das drogas;
- **Lei Municipal nº 13.321, de 6 de fevereiro de 2002**, que institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool;
- **Lei Municipal nº 13.477, de 30 de dezembro de 2002**, que institui a Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos - TFE, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 14.420, de 31 de maio de 2007**, que dispõe sobre a inclusão de conteúdo programático relativo à prevenção contra as drogas no currículo das escolas da rede municipal de ensino;
- **Lei Municipal nº 14.726, de 15 de maio de 2008**, que estabelece normas para a repressão à comercialização e ao consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e conjuntos poliesportivos no Município de São Paulo, em eventos esportivos profissionais, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 14.805, de 4 de julho de 2008**, que consolida a legislação sobre o Tabagismo no Município de São Paulo, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 16.135, de 12 de março de 2015**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de mensagem educativa de prevenção ao consumo de álcool e drogas em material escolar no Município de São Paulo, e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 16.787, de 4 de janeiro de 2018**, que dispõe sobre a proibição da comercialização do cachimbo de água egípcio conhecido como narguilé aos menores de dezoito anos de idade, e dá outras providências.



PROCURADORIA

- **Lei Municipal nº 17.165, de 30 de agosto de 2019**, que dispõe sobre a proibição do consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, narguilés ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em parques públicos municipais da Cidade de São Paulo, e dá outras providências;

- **Lei Municipal nº 18.232, de 08/05/2025**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Universitário do Antitabagismo e a Semana Universitária de Combate ao Fumo e ao Consumo de Alcool e Drogas Ilícitas.

Projeto de Lei nº 622/2024 – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que Dispõe sobre a proibição da produção, importação, comercialização, publicidade e consumo de dispositivos eletrônicos para fumar no Estado de São Paulo e dá outras providências.

CÂMARA DE SÃO PAULO:

PL 473/2025 Dispõe sobre a cassação da licença de funcionamento de estabelecimentos comerciais que vendem dispositivos "cigarros eletrônicos, vaper, vape, pod system, vaper pen" no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 345/2025 Dispõe sobre a fixação de cartazes educativos, sobre os riscos do uso de cigarros eletrônicos, nos locais que especifica e dá outras providências.

PL 344/2025 Dispõe sobre a proibição da comercialização e entrega de cigarros eletrônicos conhecidos como "vape", "pod" e similares pelas plataformas digitais de delivery e aplicativos de entrega, e dá outras providências.

PL 168/2025 Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de um programa contra o uso de cigarros eletrônicos nas escolas de São Paulo, denominado "Abril sem cigarro eletrônico".

PL 392/2022 Altera dispositivos da Lei 14.805 de 04 de julho de 2008, e dá outras providências. [Consolida a legislação sobre o Tabagismo no Município de São Paulo]

PL 96/2022 Proíbe a utilização de animais no desenvolvimento e experimentos científicos e testes de produtos ou matérias primas, inclusive fumígenos, em casos que gerem sofrimento, no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências

PL 94/2022 Proíbe a utilização de animais no desenvolvimento e experimentos científicos e testes de produtos ou matérias primas, inclusive fumígenos, em casos que gerem sofrimento, no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências.

PL 309/2019 dispõe sobre a proibição da comercialização de cigarros eletrônicos e de vapes, conhecidos como cigarros a vapor, aos menores de dezoito anos de idade e dá outras providências.



PROCURADORIA

PL 54/2019 dispõe no âmbito do município de São Paulo sobre a proibição de consumo de fumo e seus derivados dentro e no ambiente externo das tabacarias e dá outras providências.

PL 225/2016 dispõe sobre proibição de cigarros eletrônicos em recintos coletivos fechados e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 10 de julho de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068